

Arquitetura da escola e envolvimento dos estudantes

School architecture and student involvement

Lara de Barros Ramos Reis¹; Erinaldo Ferreira do Carmo².

KOWALTOWSKI, Doris. *Arquitetura Escolar: o projeto do ambiente de ensino*. São Paulo: Oficina de Textos, 2011.

“Arquitetura Escolar: o projeto do ambiente de ensino”, trata-se de uma obra inovadora na área de educação que apresenta como foco o contexto da arquitetura voltada para o ambiente escolar. O livro está dividido em seis capítulos: o primeiro expõe um breve histórico dos fundamentos da educação e um resumo das principais teorias pedagógicas; o segundo contempla os recursos humanos e os aspectos organizacionais relacionados ao ambiente escolar; o terceiro capítulo aborda a arquitetura escolar em diferentes países; o quarto abrange a questão do conforto no ambiente de ensino; o quinto apresenta os conceitos e as tendências da arquitetura escolar; e por fim, o sexto e último capítulo engloba o processo de projeto escolar.

A relação entre o comportamento humano e o ambiente construído é estudada pela psicologia ambiental e pela teoria arquitetônica, sendo essa última a base do livro resenhado. Como afirma a autora, “caminhos, acessos, distribuição de luz (...), intensidade das cores, texturas e seus respectivos efeitos sobre o usuário, e também a simbologia de cada elemento presente na obra, são discutidas para uma humanização da arquitetura” (KOWALTOWSKI, 2011, p. 40).

Na compreensão da teoria da arquitetura aplicada ao ambiente escolar, entende-se que espaços escolares providos de estruturas humanizadas apresentam níveis de satisfação mais elevados entre os indivíduos que os frequentam e propiciam um ambiente favorável às relações sociais, incluindo as relações de ensino e aprendizagem. Nessa concepção, tanto o espaço físico construído, quanto a estrutura mobiliária e os elementos humanizados, de

¹ Estudante do curso de Arquitetura da UFPE e ex-aluna do Colégio de Aplicação da UFPE.

² Professor de Sociologia do Colégio de Aplicação da UFPE.

paisagismo e decorativos, devem estar em plena sintonia, pois até mesmo o simples mobiliário de uma escola representa um instrumento de apoio pedagógico que interfere no conforto e no desempenho dos estudantes e no trabalho do professor.

Observa-se nessa obra a ênfase à assertiva de que escola também depende da qualidade dos espaços que abrigam as atividades pedagógicas neles desenvolvidas. Por isso, a arquitetura escolar recebe um papel relevante como ferramenta capaz de propiciar um ambiente de ensino adequado.

O espaço físico da escola, enquanto ambiente coletivo de relações sociais, tem grande relevância para a comunidade escolar por se constituir cenário cotidiano de estudos, debates, reflexões, descobertas, convivências, lazer. Isso porque, quando esse espaço é convidativo para estudantes e professores, ele possibilita um ambiente facilitador do desenvolvimento social, que pode se manifestar por meio da apreciação visual, da convivência afetiva e do prazer na permanência, ainda estabelecendo sentimentos de valorização e preservação desse espaço coletivo, isso porque os indivíduos tendem a proteger o que gostam, enquanto dão pouca importância ao que não os atrai.

No caso específico do espaço escolar, onde os alunos passam boa parte do seu tempo, é fundamental que haja um apreço por esse ambiente para que nele se estabeleçam boas relações sociais, o que favorece a topofilia, além da produção do conhecimento. Com isso, torna-se importante a preocupação emergente com o conforto, a funcionalidade e a estética na composição da estrutura física escolar, identificando o prédio como um ambiente funcional, aberto, limpo e acolhedor, sem referências aos espaços fechados que remetem às prisões.

Pensar dessa forma significa conceber o espaço escolar não pelo elemento construído, mas sim pela utilização e significação de cada estrutura física edificada. Uma sala de aula não representa apenas um espaço arquitetado com paredes e bancas, mas um ambiente de relações sociais abrangentes e profundas para o seu corpo estudantil. De forma semelhante, a simples localização da escola, sua estrutura física e seu relacionamento com a ordem urbana do entorno têm uma representação bastante relevante sobre os indivíduos que a frequentam.

O traçado arquitetônico, a estética e a funcionalidade estrutural também compõem os elementos simbólicos do ambiente onde se produz o saber. Esses elementos são internalizados pelos estudantes dentro da cultura projetada pela escola sobre eles. Os grandes muros que cercam as escolas, bem como as fachadas com empenas cegas, por exemplo, sem elementos da natureza e sem aspectos humanizadores, não dialogam com o entorno e indicam uma

edificação pouco atrativa à comunidade local por destacar rudimentos de reclusão, mostrando a escola como um ambiente pouco convidativo às práticas de interação social.

Se no âmbito externo a reprovação estética não atrai os estudantes, no âmbito interno é o desconforto do ambiente escolar que prejudica a concentração e a aprendizagem e acaba por repelir o alunado. O calor excessivo, o barulho e a baixa iluminação tornam esse espaço desagradável. Também contribui para essa condição desconfortável a falta de elementos da natureza, pois a presença de vegetação propicia a satisfação visual que se dá com a observação das paisagens e o sentimento de ambiente saudável.

O ambiente escolar é visto como um ecossistema e nele os indivíduos se relacionam melhor quando mais próximos. Isso significa que as escolas menores produzem um clima educacional mais propício ao desenvolvimento cognitivo e comportamental dos seus estudantes, em relação às grandes escolas (considerando o número de estudantes convivendo em um mesmo espaço).

Isso nos indica a relevância das pequenas escolas localizadas em cada comunidade, integrando pessoas que já convivem fora dela, desempenhando sua função de ecossistema, o que favorece a intensidade nas relações sociais e a interação dialógica possibilitada na vivência do micro espaço público. Por outro lado, sabemos da dificuldade financeira dos pequenos municípios em construir e manter pequenas escolas com toda a estrutura física necessária ao seu funcionamento pedagógico, sendo mais prático aos governos edificar escolas maiores, localizadas em áreas centrais, para concentrar os serviços educacionais.

Nesse sentido, muitas escolas com estruturas padronizadas foram edificadas restringindo a capacidade cognitiva e comportamental dos seus estudantes por não considerarem o entorno (barulho de automóveis pela proximidade com rodovias, insolação por se posicionar contra o sol, baixa iluminação por conta da localização entre prédios altos, dificuldade de mobilidade por se instalar entre terrenos acidentados, etc.) e por não atenderem às condições básicas de conforto. Ainda que sejam escolas bem equipadas, em sua estrutura física, essas instalações revelam problemas na utilização dos espaços porque estes foram edificados sem dialogar com o ambiente externo e sem considerar as necessidades do lugar.

Como exemplo típico desse tipo de problema, podemos observar as unidades que foram edificadas com a utilização de um modelo padrão para prédios públicos (hospitais e escolas, principalmente). Essa é uma prática comumente empregada porque reduz os custos de projeto, o tempo de elaboração e as demandas operacionais. Mas o principal fator para o

emprego de projetos padrão nas edificações públicas é a criação de uma identidade que remete a obra a um determinado governo, a exemplo dos Centros Integrados de Educação Pública – CIEPs, de Leonel Brizola; dos Centros Integrados de Apoio à Criança – CIACs, de Fernando Collor; dos Centros de Atenção Integral à Criança – CAICs, de Itamar Franco; e dos Centros Educacionais Unificados – CEUs, de Marta Suplicy.

Em cada um desses projetos padrão, “é como se a arquitetura se transformasse em uma marca de determinado governo, responsável pela implantação desse conjunto de obras” (KOWALTOWSKI, 2011, p. 105). São obras cujo projeto arquitetônico apresenta uma prioridade sobre o pedagógico, inclusive pela ausência de educadores na composição da equipe de elaboração do projeto. São estruturas de grande porte, com uma modulação bem marcada, representando um símbolo de uma gestão.

Por ser um modelo pronto que é implantado em localidades diferentes sem a devida adequação ao lugar, esses projetos padrão sofrem problemas de iluminação, ventilação, acústica, nas condições de acesso e na relação com a paisagem do ambiente externo. Esses prédios ainda sofrem problemas estruturais pela falta de manutenção periódica, sendo geralmente abandonados pelos gestores seguintes pelo fato de representarem uma administração anterior.

A autora chama a nossa atenção para o fato de que, nas mais diversas edificações escolares, são registrados problemas diferenciados que resultam de falhas no projeto ou por não atenderem às novas demandas surgidas com o passar do tempo. Como solução, verificamos que em alguns casos, ações mais simples podem melhorar a qualidade do ambiente escolar sem a necessidade de grandes intervenções arquitetônicas, como a instalação de janelas, a criação de áreas de convivência e a plantação de jardins. Já em outras situações, somente por meio de políticas governamentais é que se torna possível alterar a estrutura física da escola, criando um ambiente confortável e propício às atividades escolares para estudantes e professores, como a ampliação do tamanho da sala, a abertura de espaço livre para jardinagem, a construção de novos ambientes para trabalho e convivência.

Quando a escola se constitui em ambiente confortável, convidativo e funcional, propicia, conseqüentemente, a ação do professor na gestão da sala de aula, ação esta que envolve diretamente os estudantes e o ambiente físico da escola. Mas quando esse ambiente é desfavorável, passa então a exigir dos seus ocupantes um esforço adicional para superar ou se adequar às deficiências impostas pelo lugar.

Normalmente, essas deficiências são silenciosas, passam despercebidas no cotidiano dos que foram forçadamente submetidos a essas condições e a elas tiveram que se adaptar, como o desconforto nas acomodações, a parede suja, a vidraça quebrada, a iluminação precária e a falta de bancas. Todos esses problemas são, geralmente, colocados em segundo plano, quando a exigência interna se mantém sobre a atuação laboral dos professores e a capacidade cognitiva dos estudantes, como se o espaço físico não fosse parte integrante dessa relação. Nesse contexto e nessas condições, os indivíduos que ocupam e fazem a escola se adaptam, internalizam e reproduzem a cultura do espaço escolar, mesmo quando desfavorável às práticas educativas, provocando assim um prejuízo irreparável à educação e aos agentes pedagógicos.

Situações de desconforto causadas seja por temperaturas extremas, falta de ventilação adequada, umidade excessiva combinada com temperaturas elevadas ou por radiação térmica de superfícies muito aquecidas podem ser prejudiciais e causar sonolência, alterações nos batimentos cardíacos, aumento da sudorese. Psicologicamente, provoca apatia e desinteresse pelo trabalho. Essas situações são extremamente desfavoráveis num ambiente escolar (KOWALTOWSKI, 2011, p. 141).

Nos últimos anos, desde a década de 1990, com a universalização do ensino fundamental no Brasil e a elaboração de uma legislação moderna e provedora, surgiram no país muitas instituições públicas de ensino com qualidade de ponta, recursos tecnológicos avançados e corpo funcional de excelência, mas também surgiram muitas escolas em espaços improvisados, instaladas em locais inadequados, em casas e edifícios que foram construídos para outros fins, com características funcionais e arquitetônicas impróprias para o ambiente escolar, mas que foram adaptadas para abrigar professores e estudantes em suas relações sociais na produção do saber.

Essas “escolas improvisadas” estão localizadas tanto em áreas remotas, nos mais afastados povoados das zonas rurais, quanto em áreas urbanas, nas periferias de grandes centros, demonstrando que, por vezes, a preocupação de diversos gestores da educação pública está no cumprimento da legislação, que exige a oferta universal e gratuita do ensino fundamental, sendo este o interesse primeiro, ficando a questão da qualidade do ensino ofertado fora das prioridades governamentais.

Como se sabe, o espaço influencia o comportamento do indivíduo e o ambiente de reclusão impacta negativamente na adaptação do sujeito ao lugar. A reflexão sobre essa realidade denuncia que essas estruturas deformes dificultam as atividades pedagógicas e influenciam de forma desfavorável a socialização de docentes e discentes, desestimulando a

simbiose desses com o ambiente, com o espaço onde ocorrem as relações sociais, interferindo sobremaneira de forma negativa no processo de ensino-aprendizagem.

Por fim, ressaltamos que nessa obra, que associa áreas distintas do conhecimento (arquitetura e educação), a autora consegue estabelecer, de forma descritiva e analítica, uma linha de reflexão sobre a estrutura física espacial como um componente relevante à ação prática de ensino, mostrando, por meio de uma visão crítica sobre a ocupação do espaço, que é possível perspectivar ações de envolvimento dos sujeitos pedagógicos em seus respectivos ambientes de estudo e de trabalho como medidas de melhoria da educação.